

EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 003/2021/SMS-TP

MODALIDADE: TOMADA DE PREÇOS Nº 003/2021/SMS-TP

DATA DA LICITAÇÃO: 16/07/2021

HORA DA LICITAÇÃO: 09:00 HORAS

TIPO DE LICITAÇÃO: MENOR PREÇO



A COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CARIRÉ, Estado do Ceará, torna público, para conhecimento dos interessados, que realizará na sede da comissão permanente de licitação, situada à Praça Elísio Aguiar, nº 141, Centro – CEP: 62.18-000 – CARIRÉ-CE, licitação, na modalidade **TOMADA DE PREÇOS**, do tipo menor preço, nos termos da LEI Nº 8.666, DE 21 DE JUNHO DE 1993, DA LEI COMPLEMENTAR Nº 123, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2006, DA LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS VIGENTE, DO DECRETO Nº 8.538, DE 06 DE OUTUBRO DE 2015 E AINDA, DE ACORDO COM AS CONDIÇÕES ESTABELECIDAS NESTE EDITAL.

1. HORÁRIO, DATA E LOCAL PARA A ENTREGA DOS ENVELOPES CONTENDO A DOCUMENTAÇÃO E PROPOSTAS:

1.1. Até às 09:00 horas, do dia 16/07/2021, no endereço Praça Elísio Aguiar, nº 141, Centro – CEP: 62.184-000 – CARIRÉ-CE para entrega dos Envelopes n. 01, com os documentos de habilitação, e n. 02, com a proposta, além das declarações complementares.

2. HORÁRIO, DATA E LOCAL PARA INÍCIO DA SESSÃO PÚBLICA

2.1. Às 09:15 horas, do dia 16/07/2021, no setor de licitações localizado no endereço supramencionado terá início a sessão, prosseguindo-se com o credenciamento dos participantes e a abertura dos envelopes contendo a documentação de habilitação e proposta de preços.

2.2. Os conjuntos de documentos relativos à habilitação e à proposta de preços deverão ser entregues separadamente, em envelopes fechados e lacrados, rubricados no fecho e identificados com o nome do licitante e contendo em suas partes externas e frontais, em caracteres destacados, os seguintes dizeres:

À PREFEITURA MUNICIPAL DE CARIRÉ
(IDENTIFICAÇÃO DA EMPRESA)
ENVELOPE Nº 01 – DOCUMENTAÇÃO
TOMADA DE PREÇOS Nº 003/2021/SMS-TP

À PREFEITURA MUNICIPAL DE CARIRÉ
(IDENTIFICAÇÃO DA EMPRESA)
ENVELOPE Nº 02 - PROPOSTA DE PREÇOS
TOMADA DE PREÇOS Nº 003/2021/SMS-TP

2.3. Os licitantes interessados em participar do certame não necessitam encaminhar seus representantes legais para entregar os envelopes com a documentação e as propostas, podendo, inclusive, encaminhá-los via Correio ou outro meio similar de entrega, atentando para as datas e horários finais para recebimento dos mesmos, constantes neste Edital. A correspondência deverá ser endereçada com aviso de recebimento para a Comissão de Licitação no endereço indicado no Item 1 deste Edital e conter os dois envelopes acima mencionados, além das declarações complementares, com antecedência mínima de 1 (uma) hora do momento marcado para abertura da sessão pública.

3. DO REPRESENTANTE E DO CREDENCIAMENTO

3.1. Os licitantes que desejarem manifestar-se durante as fases do procedimento licitatório deverão estar devidamente representados por:

3.1.1. **Titular da empresa licitante**, devendo apresentar cédula de identidade ou outro documento de identificação oficial, acompanhado de: registro comercial no caso de empresa individual, contrato social ou estatuto em vigor, no caso de sociedades comerciais e, no caso de sociedades por ações, dos documentos de eleição de seus administradores; inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício; e ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, no caso de sociedades cooperativas; sendo que em tais documentos devem constar expressos poderes para exercerem direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura;

3.1.2. **Representante designado pela empresa licitante**, que deverá apresentar instrumento particular de procuração ou documento equivalente, com poderes para se manifestar em nome da empresa licitante em qualquer fase da licitação, acompanhado de documento de identificação oficial e do registro comercial, no caso de empresa individual; contrato social ou estatuto em vigor no caso de sociedades comerciais e no caso de sociedades por ações, acompanhado, neste último, de documentos de eleição de seus administradores; inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício; e ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, no caso de sociedades cooperativas;

3.2. Cada representante legal/credenciado deverá representar apenas uma empresa licitante.

4. OBJETO, VALOR ESTIMADO POR LOTES

4.1. A presente licitação tem por objeto a escolha da proposta mais vantajosa para a contratação de empresa especializada na execução de **CONTRATAÇÃO DE EMPRESAS ESPECIALIZADAS EM SERVIÇOS TÉCNICOS DE GESTÃO DE PROJETOS, COM CAPACIDADE TÉCNICA GERENCIAL COMPROVADA PARA A EXECUÇÃO DAS ATIVIDADES CONVÊNIO FUNASA Nº CV 895033/2019, EDUCAÇÃO EM SAÚDE AMBIENTAL DAS MELHORIAS HABITACIONAIS PARA CONTROLE DA DOENÇA DE CHAGAS EM ÁREAS RURAIS NO MUNICÍPIO DE CARIRÉ-CE**, mediante o regime **menor preço global**, conforme especificações constantes no Projeto Básico – ANEXO I, que é parte integrante deste Edital.

4.2. A presente licitação importa o valor global estimativo de **R\$ 151.850,00 (CENTO E CINQUENTA E UM MIL, OITOCENTOS E CINQUENTA REAIS)** conforme projeto básico em anexo;

5. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

5.1. As despesas para atender a esta licitação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento do município para o exercício de 2021, na classificação abaixo:

UNIDADE	FONTE	PROGRAMA	ELEMENTO DE DESPESA	DE
08.02		10.301.1012.2.110	3.3.90.39.00	

6. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

6.1. Poderão participar desta licitação, os interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação e não esteja impedida de contratar com a administração.

6.2. Não poderão participar desta licitação:

6.2.1 Não poderá participar empresa declarada inidônea ou cumprindo pena de suspensão, que lhes tenham sido aplicadas, por força da Lei no 8.666/93 e suas alterações posteriores;



- 6.2.2 Não poderá participar desta licitação, empresas não cadastradas junto a Prefeitura Municipal de CARIRÉ ou que não atenderem ao cadastramento até o terceiro dia anterior a data do certame, conforme disposição contida no Artº 22, § 2º da Lei 8.666/93;
- 6.2.3 Entidades estrangeiras que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;
- 6.2.4 Interessados que estejam sob falência, em recuperação judicial ou extrajudicial, concurso de credores, concordata ou insolvência, em processo de dissolução ou liquidação;
- 6.2.5 O autor do projeto, básico ou executivo, pessoa física ou jurídica;
- 6.2.6 Entidade empresarial responsável pela elaboração do projeto básico ou executivo ou da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto ou controlador, responsável técnico ou subcontratado;
- 6.2.7 Servidor ou dirigente da Prefeitura Municipal de CARIRÉ-CE ou responsável pela licitação;
- 6.2.8 Entidades empresariais que estejam reunidas em consórcio;
- 6.2.9 Quaisquer interessados que se enquadrem nas vedações previstas no Artº 9º da Lei 8.666 de 21 de Junho de 1993.

7. DA HABILITAÇÃO

7.1. Participarão desta, empresas pertencentes ao ramo de atuação consonante ao objeto licitado em momento, que esteja em situação regular junto ao Município de CARIRÉ, em relação à habilitação jurídica, regularidade fiscal federal e trabalhista e qualificação econômico-financeira.

7.2. Os interessados em participar do presente devem cadastrar-se junto a Prefeitura Municipal de CARIRÉ até o terceiro dia anterior à data do recebimento das propostas, observada a necessária qualificação, conforme dispõe o Art. 22, § 2º, Lei 8.666/93.

7.3. Relativamente à documentação referente à habilitação, o licitante deverá apresentar Certificado de Registro Cadastral – CRC, junto a Prefeitura Municipal de CARIRÉ, emitido até o terceiro dia anterior a data da licitação (Art. 22, § 2º da Lei 8.666/93), bem como os seguintes documentos no envelope nº 1:

7.3.1. Habilitação jurídica:

7.3.1.1. Cédula de Identidade do(s) responsável (is) pelas licitantes

7.3.1.2. No caso de empresário individual, inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis;

7.3.1.3. Para as sociedades empresárias ou empresas individuais de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;

7.3.1.4. Em se tratando de sociedades comerciais, contrato social ou estatuto em vigor, devidamente registrado, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;

7.3.1.5. Inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser o participante sucursal, filial ou agência;

7.3.1.6. Inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas, no caso de sociedades simples, acompanhada de prova de diretoria em exercício;

7.3.1.7. Decreto de autorização, em se tratando de sociedade empresária estrangeira em funcionamento no País;

7.3.1.8. Os atos constitutivos das empresas licitantes deverão estar acompanhados dos demais documentos aditivos e modificativos do seu texto ou, preferencialmente, da respectiva consolidação.

7.3.2. Regularidades fiscal e trabalhista:



- 7.3.2.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas;
- 7.3.2.2. prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.
- 7.3.2.3. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
- 7.3.2.4. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa;
- 7.3.2.5. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- 7.3.2.6. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual e Municipal do domicílio ou sede do licitante, através de certidão negativa de débitos junto ao setor competente.
- 7.3.2.7. Caso o fornecedor seja considerado isento de tributos relacionados ao objeto licitatório, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração emitida pela correspondente Fazenda do domicílio ou sede do fornecedor, ou outra equivalente, na forma da lei;
- 7.3.2.8. Caso o licitante detentor do menor preço seja microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição, sob pena de inabilitação.

7.3.3. Qualificação Técnica:

- 7.3.3.1. Prova de inscrição, ou registro, ou quitação das anuidades da LICITANTE junto ao Conselho Regional de Administração (CRA), da localidade da sede da PROPONENTE.;
- 7.3.3.2. Comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, prazos e quantidades, através da apresentação de no mínimo 01 (um) atestado de capacidade técnica, expedido por pessoa jurídica de direito público ou privado (quando neste caso apresentação conjunto de contrato e documentos comprobatórios da efetiva realização do serviço), comprovando o desempenho anterior na execução dos serviços objeto do certame, o qual deverá ser apresentado em papel timbrado da pessoa jurídica de direito público ou privado responsável pela emissão do atestado, constando a descrição dos serviços executados, o nome da pessoa jurídica de direito público ou privado, o representante legal ou autoridade responsável pela emissão.
- 7.3.3.3. Comprovar ter em seu quadro técnico um profissional da administração (serviços de gestão administrativa) e um engenheiro ambiental (serviços de gestão técnica) através de registro e vínculo junto aos conselhos regionais competentes.
- 7.3.3.4. Comprovação de que os profissionais da equipe técnica de nível exigidos fazem parte do quadro permanente da licitante com vínculo empregatício a ser comprovado através de cópia autenticada da FICHA OU LIVRO DE REGISTRO DE EMPREGADOS, onde se identifique os campos de admissão e rescisão, juntamente com Termo de Abertura do Livro de Registro de Empregados; ou cópia autenticada do CONTRATO DE TRABALHO; ou cópia autenticada das páginas da CARTEIRA DE TRABALHO E PREVIDÊNCIA SOCIAL - CTPS identificando os campos de admissão e rescisão, quando se tratar de empregado; de cópia autenticada do CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DOS PROFISSIONAIS, junto a empresa, quando se



tratar de prestador de serviço, ou cópia autenticada do CONTRATO SOCIAL ATUALIZADO, ou do ÚLTIMO ADITIVO DO CONTRATO, devidamente registrados na Junta Comercial, ou por CERTIDÃO SIMPLIFICADA DA JUNTA COMERCIAL, onde conste essa informação, quando se tratar de sócio da empresa

7.3.4 Qualificação econômico-financeira:

7.3.4.2 Certidão negativa de falência ou recuperação judicial, ou liquidação judicial, ou de execução patrimonial, conforme o caso, expedida pelo distribuidor da sede do licitante, ou de seu domicílio, dentro do prazo de validade previsto na própria certidão, ou, na omissão desta, expedida a menos de 30 (trinta) dias contados da data da sua apresentação;

7.3.4.3 Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta;

7.3.4.4 O balanço patrimonial deverá estar assinado por contador, devidamente registrado no Conselho Regional de Contabilidade;

7.3.4.5 As empresas constituídas no exercício em curso deverão apresentar cópia do balanço de abertura ou cópia do livro diário contendo o balanço de abertura, inclusive com os termos de abertura e encerramento;

7.3.4.6 A boa situação financeira do licitante será avaliada pelos Índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), maiores que 1 (um), resultantes da aplicação das fórmulas abaixo, com os valores extraídos de seu balanço patrimonial:

LG = Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo
Passivo Circulante + Passivo Não Circulante

SG = Ativo Total
Passivo Circulante + Passivo Não Circulante

LC = Ativo Circulante
Passivo Circulante

7.3.4.7 O licitante que apresentar índices econômicos iguais ou inferiores a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral, Solvência Geral e Liquidez Corrente deverá comprovar que possui (capital mínimo ou patrimônio líquido) equivalente a 10% (dez por cento) do valor total estimado da contratação ou do item pertinente.

7.3.4.8 Garantia de manutenção da proposta, correspondente a 1% (hum por cento) do valor estimado da licitação, previsto no item 4.3 deste Edital, em nome da PREFEITURA MUNICIPAL DE CARIRÉ.

7.3.4.8.1 A garantia de manutenção de proposta, quando não recolhida em moeda corrente nacional, mas em qualquer outra das modalidades previstas a seguir, terá o prazo de validade de 60 (sessenta) dias, contado da data de entrega dos Documentos de Habilitação e Propostas de Preços e deverá ser recolhida na PREFEITURA MUNICIPAL DE CARIRÉ.

7.3.4.8.1.1 **CAUÇÃO EM DINHEIRO** - A licitante fará a comprovação mediante a apresentação de depósito em conta, cujos dados serão fornecidos pelo Setor de Tesouraria do município. Caso no recibo de depósito conste o depósito feito

em cheque, a licitante deverá juntar declaração em original, fornecida pelo BANCO confirmando a compensação do cheque, e a liberação do valor na conta da Câmara, conforme dados fornecidos.

7.3.4.8.1.2 CAUÇÃO EM TÍTULO DA DÍVIDA PÚBLICA - Títulos da Dívida Pública, devendo estes ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Fazenda, com exceção dos Títulos da Dívida Agrária.

7.3.4.8.1.3 FIANÇA BANCÁRIA - A licitante entregará o documento original fornecido pela Instituição que a concede, no qual constará:

- a) BENEFICIÁRIO: PREFEITURA MUNICIPAL DE CARIRÉ
- b) OBJETO: Garantia de participação na TOMADA DE PREÇOS nº 003/2021/SMS-TP.
- c) VALOR:
- d) PRAZO DE VALIDADE: 60 (sessenta) dias
- e) Que a liberação será feita mediante a devolução pelo órgão licitante do documento original ou, automaticamente, após o prazo de validade da carta.

7.3.4.8.1.4 SEGURO-GARANTIA - A apólice deverá ser emitida em favor da Contratante.

7.3.4.9 A garantia de manutenção de proposta será liberada até 5 (cinco) dias úteis após esgotada as fases de habilitação (Documentos de Habilitação) ou de classificação (Propostas de Preços), para as empresas inabilitadas ou desclassificadas, ou após a adjudicação, exceto para a vencedora da licitação, que será liberada no mesmo prazo, após a data de assinatura de Contrato, ressalvado o disposto ao subitem 9.2 do Edital.

7.3.4.10 Para efeito da devolução de que trata o subitem anterior, a garantia prestada pela LICITANTE, quando em dinheiro, será atualizada monetariamente.

7.4 Todos os licitantes, cadastrados ou não, deverão apresentar, ainda, no envelope nº 1:

7.4.1 Declaração de que não utiliza de mão de obra direta ou indireta de menores de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e de qualquer trabalho a menores de 16 (dezesesseis) anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos, nos termos da Lei 9.854, 1999, conforme modelo ANEXO III;

7.4.2 Declaração, sob as penalidades cabíveis, de inexistência de fato superveniente impeditivo da habilitação, ficando ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores, conforme modelo constante dos Anexos deste edital (art.32, §2º, da Lei n.º 8.666/93), conforme modelo ANEXO III;

7.5 Os documentos para habilitação poderão ser apresentados em original ou por qualquer processo de cópia autenticado em cartório competente.

8. DA VISTORIA

8.1. A participação na presente licitação pressupõe o pleno conhecimento de todas as condições para execução do objeto constantes dos documentos técnicos que integram o Projeto Básico, podendo a licitante, caso entenda necessário, optar pela realização de vistoria nas condições abaixo:

8.1.1. A vistoria será acompanhada por servidor designado para esse fim, de segunda à sexta-feira, devendo o agendamento ser efetuado previamente junto ao Gabinete do Prefeito, de 08:00 às 12:00 horas, onde será informado os horários disponíveis para visita acompanhado de técnico

da Secretaria supramencionada.

8.1.2. O prazo para vistoria iniciar-se-á no dia útil seguinte ao da publicação do Edital, estendendo-se até o último dia útil anterior à data prevista para abertura dos envelopes;

8.1.3. Para a vistoria o licitante, ou o seu representante legal, deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para o ato.

8.1.4. Eventuais dúvidas de natureza técnica decorrentes da realização da vistoria deverão ser encaminhadas à Comissão de Licitação, antes da data fixada para a sessão pública.

8.1.5. A não realização de vistoria não poderá ser alegada como fundamento para o inadimplemento total ou parcial de obrigações previstas em quaisquer documentos integrantes do instrumento convocatório.

9. DA PROPOSTA

9.1. A proposta de preço, apresentada no envelope nº 2, será redigida no idioma pátrio, impressa, rubricada em todas as suas páginas e ao final firmada pelo representante legal da empresa licitante, sem emendas, entrelinhas ou ressalvas, devendo conter:

9.1.1. a razão social e CNPJ da empresa licitante;

9.1.2. especificações do objeto de forma clara, observadas as especificações constantes do Projeto Básico e demais documentos técnicos anexos;

9.1.3. o valor unitário e total da proposta, em moeda corrente nacional, expresso em numeral e por extenso, conforme modelo de proposta constante no ANEXO IV;

9.2. O prazo de validade da proposta será de 60 (sessenta) dias, contados a partir da data de sua entrega.

10. DA ABERTURA DOS ENVELOPES

10.1. No dia, hora e local designados neste Edital, em ato público, na presença dos licitantes, a Comissão Permanente de Licitação receberá, de uma só vez, os Envelopes nº 01 e nº 02 e procederá à abertura da licitação.

10.1.1. Os atos públicos poderão ser assistidos por qualquer pessoa, mas somente deles participarão ativamente os licitantes ou representantes credenciados, não sendo permitida a intercomunicação entre eles, nem atitudes desrespeitosas ou que causem tumultos e perturbem o bom andamento dos trabalhos.

10.1.1.1. A participação em licitação na condição de microempresa ou empresa de pequeno porte ou cooperativa equiparada, sem que haja o enquadramento nessas categorias, ensejará a aplicação das sanções previstas em Lei e a exclusão do regime de tratamento diferenciado. A comissão poderá realizar diligências para verificar a veracidade da declaração.

10.2. Depois de ultrapassado o horário para recebimento dos envelopes, nenhum outro será recebido, nem tampouco serão permitidos quaisquer adendos ou esclarecimentos relativos à documentação ou proposta de preços apresentadas.

10.3. A seguir, serão identificados os licitantes e proceder-se-á à abertura dos Envelopes nº 01 - Documentos de Habilitação.

10.3.1. O conteúdo dos envelopes será rubricado pelos membros da Comissão e pelos licitantes presentes ou por seus representantes.

10.4. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante, a Comissão verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

10.4.1. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (www.portaldatransparencia.gov.br/ceis);



10.4.2. Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça (www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php).

- 10.5. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.
- 10.6. Constatada a existência de sanção, a Comissão reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação.
- 10.6.1. Não ocorrendo a inabilitação por força das situações acima mencionadas, a documentação de habilitação dos licitantes então será verificada, conforme demais exigências previstas neste instrumento convocatório.
- 10.6.2. Caso a Comissão julgue conveniente, poderá suspender a reunião para analisar os documentos apresentados, marcando, na oportunidade, nova data e horário em que voltará a reunir-se, informando os licitantes. Nessa hipótese, todos os documentos de habilitação já rubricados e os Envelopes nº 02 - Proposta de Preços, rubricados externamente por todos os licitantes e pelos membros da Comissão, permanecerão em poder desta, até que seja concluída a fase de habilitação.
- 10.7. Ao licitante inabilitado será devolvido o respectivo Envelope nº 02, sem ser aberto, depois de transcorrido o prazo legal sem interposição de recurso ou de sua desistência, ou da decisão desfavorável do recurso.
- 10.8. Após o procedimento de verificação da documentação de habilitação, os Envelopes nº 02 - Proposta de Preços dos licitantes habilitados serão abertos, na mesma sessão, desde que todos os licitantes tenham desistido expressamente do direito de recorrer, ou em ato público especificamente marcado para este fim, após o regular decurso da fase recursal.
- 10.8.1. Não ocorrendo a desistência expressa de todos os licitantes, quanto ao direito de recorrer, os Envelopes nº 02 - Proposta de Preços serão rubricados pelos licitantes presentes ao ato e mantidos invioláveis até a posterior abertura.
- 10.8.2. Ultrapassada a fase de habilitação e abertas as propostas, não cabe desclassificar o licitante por motivo relacionado com a habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.
- 10.9. As propostas de preços dos licitantes habilitados serão então julgadas, conforme item próprio deste Instrumento Convocatório.
- 10.10. Se todos os licitantes forem inabilitados ou todas as propostas forem desclassificadas, a Comissão Permanente de Licitação poderá fixar o prazo de 08 (oito) dias úteis para a apresentação de nova documentação ou proposta, escoimadas das causas que as inabilitaram ou desclassificaram.
- 10.11. Em todos os atos públicos, serão lavradas atas circunstanciadas, assinadas pelos membros da Comissão e pelos representantes credenciados e licitantes presentes.
- 10.12. Será considerado inabilitado o licitante que:
- 10.12.1. Não apresentar os documentos exigidos por este Instrumento Convocatório no prazo de validade e/ou devidamente atualizados, ressalvado o disposto quanto à comprovação da regularidade fiscal das microempresas, empresas de pequeno porte e cooperativas enquadradas no artigo 34 da Lei nº 11.488, de 2007.
- 10.12.2. Incluir a proposta de preços no Envelope nº 01.
- 10.13. Constatada a existência de alguma restrição no que tange à regularidade fiscal de microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa, a mesma terá o prazo de 5 (cinco) dias úteis para a regularização da documentação, a realização do pagamento ou parcelamento do débito e a emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa. O prazo para regularização fiscal será contado a partir da divulgação do resultado do julgamento das propostas e poderá ser prorrogado por igual período a critério da administração pública, quando requerida pelo licitante, mediante apresentação de justificativa.

10.14. A não regularização fiscal no prazo previsto no subitem anterior acarretará a inabilitação do licitante, sem prejuízo das sanções previstas no art. 87 da Lei nº 8.666, de 1993, sendo facultado à administração pública convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, ou revogar a licitação.

10.15. A intimação dos atos de habilitação ou inabilitação dos licitantes será feita mediante publicação na imprensa oficial, salvo se presentes os prepostos dos licitantes no ato público em que foi adotada a decisão, caso em que a intimação será feita por comunicação direta aos interessados e lavrada em ata.

11. DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

11.1. O critério de julgamento será o *menor preço global*.

11.2. Na data da abertura dos envelopes contendo as propostas, serão rubricados os documentos pelos membros da Comissão de Licitação e pelos representantes legais das entidades licitantes. A Comissão, caso julgue necessário, poderá suspender a reunião para análise das mesmas.

11.3. A Comissão de Licitação verificará as propostas apresentadas, desclassificando desde logo aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital.

11.4. Não será considerada qualquer oferta ou vantagem não prevista neste Edital, para efeito de julgamento da proposta.

11.5. As propostas serão classificadas em ordem crescente de preços propostos.

11.6. A Comissão de Licitação verificará o porte das empresas licitantes classificadas. Havendo microempresas, empresas de pequeno porte e sociedades cooperativas participantes, proceder-se-á a comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da LC nº 123, de 2006.

11.6.1. Nessas condições, as propostas de microempresas, empresas de pequeno porte e sociedades cooperativas que se encontrarem na faixa de até 10% (dez por cento) acima da proposta de menor preço serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

11.6.2. A melhor classificada nos termos do item anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 05 (cinco) minutos, caso esteja presente na sessão ou no prazo de 02 (dois) dias úteis, contados da comunicação da Comissão de Licitação, na hipótese de ausência. Neste caso, a oferta deverá ser escrita e assinada para posterior inclusão nos autos do processo licitatório em até 02 (dois) dias úteis.

11.6.3. Caso a microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresas, empresas de pequeno porte e sociedades cooperativas que se encontrem naquele intervalo de 10% (dez por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, nos mesmos prazos estabelecidos no subitem anterior.

11.7. Caso sejam identificadas propostas de preços idênticos de microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa empatadas na faixa de até 10% (dez por cento) sobre o valor cotado pela primeira colocada, a Comissão de Licitação convocará os licitantes para que compareçam ao sorteio na data e horário estipulados, para que se identifique aquela que primeiro poderá reduzir a oferta.

11.8. Havendo êxito no procedimento de desempate, será elaborada a nova classificação das propostas para fins de aceitação do valor ofertado. Não sendo aplicável o procedimento, ou não havendo êxito na aplicação deste, prevalecerá a classificação inicial.

11.9. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços:

11.9.1. produzidos no País;

11.9.2. produzidos ou prestados por empresas brasileiras;

11.9.3. produzidos ou prestados por empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País.

- 11.9.4. produzidos ou prestados por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação.
- 11.10. Esgotados todos os demais critérios de desempate previsto em lei, a escolha do licitante vencedor ocorrerá por meio de sorteio, para o qual os licitantes habilitados serão convocados.
- 11.11. Quando todos os licitantes forem desclassificados, a Comissão de Licitação poderá fixar o prazo de 8 (oito) dias úteis para a apresentação de novas propostas, escoimadas das causas de desclassificação.
- 11.12. Será desclassificada a proposta que:
- 11.12.1. não estiver em conformidade com os requisitos estabelecidos neste edital;
 - 11.12.2. contiver vícios ou ilegalidades, for omissa ou apresentar irregularidades ou defeitos capazes de dificultar o julgamento;
 - 11.12.3. não apresentar as especificações técnicas exigidas no projeto básico ou anexos;
 - 11.12.4. apresentar preços manifestamente inexequíveis, assim considerados aqueles que não venham a ter demonstrada sua viabilidade, através de documentação que comprove que os custos dos insumos são coerentes com os de mercado e que os coeficientes de produtividade são compatíveis com a execução do objeto do contrato;
 - 11.12.4.1. **Considera-se manifestamente inexequível a proposta cujo valor global proposto seja inferior a 70% (setenta por cento) do menor dos seguintes valores: (a) Média aritmética dos valores das propostas superiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração, ou (b) Valor orçado pela Administração.**
 - 11.12.4.2. Nessa situação, será facultado ao licitante o prazo de 48 (quarenta e oito) horas úteis para comprovar a viabilidade dos preços constantes em sua proposta, conforme parâmetros do artigo 48, inciso II, da Lei nº 8.666, de 1993, sob pena de desclassificação.
- 11.13. *Também será desclassificada a proposta cujo preço global orçado ou o preço de qualquer uma das etapas previstas no cronograma físico-financeiro supere os preços de referência discriminados nos projetos anexos a este Edital.*
- 11.14. *Será desclassificada a proposta ou o lance vencedor nos quais se verifique que qualquer um dos seus custos unitários supera o correspondente custo unitário de referência fixado pela Administração, em conformidade com os projetos anexos a este Edital.*
- 11.15. Se a proposta de preço não for aceitável, a Comissão de Licitação examinará a proposta subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.
- 11.16. Sempre que a proposta não for aceita, e antes de a Comissão de Licitação passar à subsequente, haverá nova verificação da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida, se for o caso.
- 11.17. Do julgamento das propostas e da classificação, será dada ciência aos licitantes para apresentação de recurso no prazo de 5 (cinco) dias úteis. Interposto o recurso, será comunicado aos demais licitantes, que poderão impugná-lo no mesmo prazo.
- 11.18. Transcorrido o prazo recursal, sem interposição de recurso, ou decididos os recursos interpostos, a Comissão de Licitação encaminhará o procedimento licitatório para adjudicação e homologação do resultado do certame pela autoridade.
- 11.19. A intimação do resultado final do julgamento das propostas será feita mediante publicação na imprensa oficial, salvo se presentes os prepostos dos licitantes no ato público em que foi adotada a decisão, caso em que a intimação será feita por comunicação direta aos interessados e lavrada em ata.
- 11.20. O resultado do certame será divulgado no flanelógrafo da Prefeitura Municipal de CARIRÉ, bem como no portal de licitações dos municípios, junto ao sítio eletrônico do Tribunal de Contas dos Municípios ou ainda nos mesmos meios publicitários anteriormente utilizados (se for o caso).

12 DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

- 12.1. A interposição de recurso referente à habilitação ou inabilitação de licitantes e julgamento das propostas observará o disposto no art. 109, § 4º, da Lei 8.666, de 1993.
- 12.2. Após cada fase da licitação, os autos do processo ficarão com vista franqueada aos interessados, pelo prazo necessário à interposição de recursos.
- 12.3. O recurso da decisão que habilitar ou inabilitar licitantes e que julgar as propostas terá efeito suspensivo, podendo a autoridade competente, motivadamente e presentes razões de interesse público, atribuir aos demais recursos interpostos, eficácia suspensiva.
- 12.4. Os recursos deverão ser encaminhados para a Comissão Permanente de Licitação da Prefeitura Municipal de CARIRÉ.
- 12.5. O recurso será dirigido ao Presidente da dita comissão, Sr. ARNÓBIO DE AZEVEDO PEREIRA, o qual poderá reconsiderar sua decisão, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, fazê-lo subir, devidamente informado, devendo, neste caso, a decisão ser proferida dentro do prazo de 5 (cinco) dias úteis, contado do recebimento do recurso, sob pena de responsabilidade.
- 12.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

13 DO TERMO DE CONTRATO

- 13.1. Após a homologação da licitação, em sendo realizada a contratação, deverá ser firmado Termo de Contrato, prorrogável na forma dos arts. 57, § 1º e 79, §5º da Lei nº 8.666/93.
- 13.1.1. O adjudicatário terá o prazo de 02 (dois) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.
- 13.1.2. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato, a Administração poderá encaminhá-lo para assinatura do adjudicatário, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR) ou meio eletrônico, para que seja assinado e devolvido no prazo de 02 (dois) dias úteis, a contar da data de seu recebimento.
- 13.1.3. O prazo para assinatura e devolução do Termo de Contrato poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.
- 13.2. Se o adjudicatário, no ato da assinatura do Termo de Contrato, não comprovar que mantém as mesmas condições de habilitação, ou quando, injustificadamente, recusar-se à assinatura, poderá ser convocado outro licitante para celebrar o ajuste, desde que respeitadas a ordem de classificação e mantidas as mesmas condições da proposta vencedora, sem prejuízo das sanções previstas neste edital e demais normas legais pertinentes.

14. DO REAJUSTE

- 14.1. O valor do contrato será fixo e irrevogável, porém poderá ser corrigido anualmente mediante requerimento da contratada, após o interregno mínimo de um ano, contado a partir da data limite para a apresentação da proposta, pela variação do índice INCC (Índice Nacional de Custos da Construção), ou IPCA (Índice de Preço ao Consumidor Amplo) ou outro que vier a substituí-lo, e afetará exclusivamente as etapas/parcelas do empreendimento cujo atraso não decorra de culpa da contratada.

15. DA ENTREGA E DO RECEBIMENTO DO OBJETO E DA FISCALIZAÇÃO

- 15.1. O recebimento e aceitação do objeto e de fiscalização se farão através de fiscal de contrato e/ou servidor técnico de responsabilidade da Secretaria de Origem que acompanhará cada etapa de execução atestando sua conclusão.

16. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA

- 16.1. As obrigações da Contratante e da Contratada são as estabelecidas neste Edital e seus anexos, na proposta apresentada e no Projeto Básico – ANEXOS I e IV.

16.2. Obriga-se a contratada ainda o atendimento 24hs por dia, devendo após conhecimento de fato resolver no prazo de 02 (dois) dias úteis, prorrogáveis por igual período desde que justificado e aceito pela contratada.

17. DAS HIPÓTESES DE RESCISÃO CONTRATUAL

17.1. As hipóteses de rescisão do ajuste, bem como a disciplina aplicável em tais casos, são aquelas previstas no instrumento de Contrato, nos termos dos artigos 78 a 80 da Lei n. 8.666, de 1993.

18. DO PAGAMENTO

- a) A fatura relativa aos serviços prestados deverá ser apresentada à Secretaria contratante, até o 10º (décimo) dia útil do mês subsequente à realização dos serviços, para fins de conferência e atestação da execução dos serviços.
- b) Os serviços efetivamente prestados serão atestados e pagos, respectivamente, pelo Liquidante e Ordenador de Despesa, cujo endereço será o de cobrança das faturas relacionadas a este CONTRATO, nos prazos e na forma estabelecidos.
- c) O pagamento será realizado mediante a prestação do serviço objeto contratual, e de conformidade com as Obrigações do Contratado e após a apresentação da respectiva documentação fiscal.
- d) O pagamento do serviço prestado será efetuado, em até 30 (trinta) dias contados da data do recebimento da Nota Fiscal, diretamente Tesouraria da Prefeitura Municipal, através de crédito na Conta Bancária da contratada ou através de cheque.
- e) No ato do pagamento a contratada deverá COMPROVAR, mediante apresentação de todas as certidões pertinentes, sua regularidade fiscal, devendo estas ser entregues na Tesouraria da Prefeitura Municipal de Cariré.

19. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

- a) Pela inexecução total ou parcial das obrigações assumidas, garantidas a prévia defesa, a Administração poderá aplicar à CONTRATADA, as seguintes sanções:
- b) Advertência.
- c) Multas de:
- d) 10,0% (dez por cento) sobre o valor contratado, em caso de recusa da licitante vencedora em assinar o contrato dentro do prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da data da notificação feita pela CONTRATANTE
- e) 0,3% (três décimos por cento) sobre o valor da parcela não cumprida do Contrato, por dia de atraso na entrega do objeto contratual, até o limite de 30 (trinta) dias;
- f) 2,0% (dois por cento) cumulativos sobre o valor da parcela não cumprida do Contrato e rescisão do pacto, a critério Secretaria contratante, em caso de atraso superior a 30 (trinta) dias na entrega dos produtos.
- g) Os valores das multas referidos nesta cláusulas serão descontados "ex-officio" da CONTRATADA, mediante subtração a ser efetuada em qualquer fatura de crédito em seu favor que mantenha junto à Secretaria contratante, independente de notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial;
- h) Suspensão temporária do direito de participar de licitação e impedimento de contratar com a Administração, pelo prazo de até 02 (dois) anos;
- i) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que a CONTRATANTE promova sua reabilitação.

20. DA IMPUGNAÇÃO

- 20.1. Decairá do direito de impugnar os termos deste Edital perante esta Administração, o licitante que não o fizer até o segundo dia útil que anteceder a abertura dos envelopes de habilitação, pelas falhas ou irregularidades que viciariam este Edital, hipótese em que tal comunicação não terá efeito de recurso.
- 20.2. A impugnação feita tempestivamente pelo licitante não o impedirá de participar do processo licitatório até o trânsito em julgado da decisão a ela pertinente.
- 20.3. Qualquer cidadão é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na

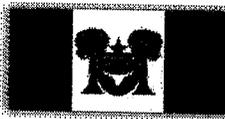


aplicação da Lei nº 8.666, de 1993, devendo protocolar o pedido até 5 (cinco) dias úteis antes da data fixada para a abertura dos envelopes de habilitação, devendo a Administração julgar e responder à impugnação em até 3 (três) dias úteis, sem prejuízo da faculdade prevista no § 1º do art. 113 da referida Lei.

20.4. A impugnação poderá ser realizada por petição protocolada no endereço Praça Elísio Aguiar, nº 141, Centro – CEP: 62.184-000 - CARIRÉ – CE.

21. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

- 21.1.** A autoridade competente poderá revogar a licitação por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, devendo anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado.
- 21.2.** A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.
- 21.3.** Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.
- 21.4.** A participação na licitação implica plena aceitação, por parte do licitante, das condições estabelecidas neste instrumento convocatório e seus Anexos, bem como da obrigatoriedade do cumprimento das disposições nele contidas.
- 21.5.** Qualquer modificação no instrumento convocatório exige divulgação pelo mesmo instrumento de publicação em que se deu o texto original, reabrindo-se o prazo inicialmente estabelecido, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas.
- 21.6.** Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário e local anteriormente estabelecidos, desde que não haja comunicação da Comissão em sentido contrário.
- 21.7.** É facultada à Comissão ou Autoridade Superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar no ato da sessão pública.
- 21.8.** As licitantes, quando solicitadas, deverão disponibilizar todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados solicitados, apresentando, dentre outros documentos, cópia do contrato que deu suporte à contratação e das correspondentes Certidões de Acervo Técnico (CAT), endereço atual da contratante e local em que foram executadas as obras e serviços de engenharia.
- 21.9.** As normas que disciplinam este certame serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.
- 21.10.** Em caso de cobrança pelo fornecimento de cópia da íntegra deste Edital e de seus anexos, o valor se limitará ao custo efetivo da reprodução gráfica de tais documentos, nos termos do artigo 32, § 5º, da Lei nº 8.666, de 1993.
- 21.11.** Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.
- 21.12.** O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.
- 21.13.** Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus Anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerão as deste Edital.
- 21.14.** Os casos omissos serão dirimidos pela Comissão com base nas disposições da Lei n. 8.666, de 1993, e demais diplomas legais eventualmente aplicáveis.
- 21.15.** O Edital está disponibilizado, na íntegra, no endereço eletrônico



www.tcm.ce.gov.br/portaldelicitações e também poderá ser lido e/ou obtido na sede da Prefeitura Municipal de CARIRÉ, no horário de 08:00 às 12:00hs, no qual os autos do processo administrativo permanecerão com vista franqueada aos interessados.

21.16. O foro para dirimir questões relativas ao presente Edital será a Comarca de CARIRÉ, com exclusão de qualquer outro.

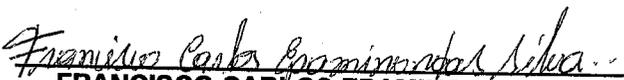
21.17. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

- 21.17.1. ANEXO I – Projeto Básico;
- 21.17.2. ANEXO II – Minuta de Termo de Contrato;
- 21.17.3. ANEXO III – Modelo de Declaração de cumprimento ao disposto no inciso XXXIII do art. 7º, da Constituição Federal;
- 21.17.4. ANEXO IV – Modelo de declaração de inexistência de fato superveniente impeditivo da habilitação;
- 21.17.5. ANEXO V – Modelo de declaração de microempresa, de empresa de pequeno porte, conforme disposto na Lei Complementar 123/2006;
- 21.17.6. ANEXO VI – Modelo de Proposta;

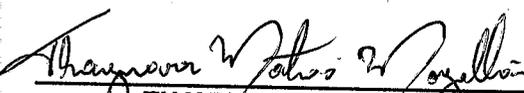
CARIRÉ – CE, 29 de JUNHO de 2021.



ARNÓBIO DE AZEVEDO PEREIRA
Presidente da Comissão Permanente de Licitação



FRANCISCO CARLOS EPAMINONDAS SILVA
Membro da CPL



THAYNARA MATIAS MAGALHÃES
Membro da CPL

ANEXO I - PROJETO BÁSICO



1. OBJETIVO:

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SERVIÇOS TÉCNICOS DE GESTÃO DE PROJETOS, COM CAPACIDADE TÉCNICA GERENCIAL COMPROVADA PARA A EXECUÇÃO DAS ATIVIDADES CONVÊNIO FUNASA Nº CV 895033/2019, EDUCAÇÃO EM SAÚDE AMBIENTAL DAS MELHORIAS HABITACIONAIS PARA CONTROLE DA DOENÇA DE CHAGAS EM ÁREAS RURAIS NO MUNICÍPIO DE CARIRÉ-CE.

2. JUSTIFICATIVA DA AQUISIÇÃO DOS SERVIÇOS:

A Prefeitura Municipal de Cariré apresenta interesses recíprocos com a Fundação Nacional de Saúde no âmbito do Programa de Educação Ambiental, ambas visam fomentar ações de Educação em Saúde voltada para o Saneamento Ambiental beneficiando comunidade rural inserida em área de vulnerabilidade socioambiental, na região do semiárido brasileiro. As atividades foram aprovadas conforme as especificações constantes do Plano de Trabalho validado pela Fundação Nacional de Saúde – FUNASA.

3. JUSTIFICATIVA NA NECESSIDADE DO GASTO PÚBLICO:

O Governo Municipal de Cariré tem como missão promover a qualidade de vida da população e o desenvolvimento sustentável do município, seguindo essa premissa trabalha diuturnamente no desenvolvimento de ações de saúde, especialmente no âmbito do controle da Doença de Chagas, apesar disso o município ainda apresenta um índice de 63,2 nos indicadores de colonização de vetores, conforme dados da Secretária de Vigilância em Saúde. Nesse contexto, apresentamos o projeto "Cariré Ambiental para população

beneficiada com a reconstrução de casas de taipa para controle da doença de chagas, numa perspectiva de fomentar a promoção e proteção a saúde da população através da transmissão de conhecimentos para o uso sustentável dos recursos naturais.

Ressalta-se o legado e impacto social que este projeto trará pra a comunidade, considerando que as práticas ensinadas irão integrar o cotidiano dos moradores influenciando positivamente nas dimensões econômicas, sociais, políticas, ambientais e sanitárias, incentivando ainda práticas simples para mudanças de posturas centradas no social ambiental local. Além disso, a proposta incentivará a participação e autonomia dos beneficiários, incentivando os próprios moradores a encontrarem as melhores soluções para os problemas ambientais que atingem a comunidade

4. ESCOLHA DA MODALIDADE DE CONTRATAÇÃO E CRITÉRIO DE JULGAMENTO:

O art. 25, II da Lei Geral de Licitações reconhece que determinados serviços, os "técnicos especializados", quando "singulares", são incomparáveis entre si, ainda que haja pluralidade de soluções e/ ou executores. O elemento central dessa hipótese de afastamento da licitação apenas por preço é a seguinte: possível presença de vários executores aptos, mas inviável a comparação objetiva de suas respectivas propostas.

Conforme ensina Celso Antônio Bandeira de Mello (2004, p. 497) "são licitáveis unicamente (...) bens homogêneos, intercambiáveis, equivalentes. Não se licitam coisas desiguais. Cumpre que sejam confrontáveis as características do que se pretende e que quaisquer dos objetos em certame possam atender ao que a Administração almeja". **Em caso específico o município de Orós pretende através da modalidade selecionar aptos a execução com a comprovação de expertise técnica e suficientes a garantir e minimizar incoerências na execução e prestação de contas podem trazer prejuízos sérios ao município, resultado até na impossibilidade de captação e realização de novos convênios com a FUNASA.**

O dispositivo em tela indica o norte de quais peculiaridades ou requisitos são considerados idôneos para se inferir se um profissional ou empresa é ou não notório especialista, a saber: "Desempenho anterior, estudos, experiências, publicações, organização, aparelhamento, equipe técnica...". Mais ainda. A expressão ". ou de outros..." dá bem o tom de rol exemplificativo desses requisitos. O legislador admite,

portanto, que outros conceitos e requisitos, não ditados no texto expresso da lei, podem servir de base à conclusão de que tal empresa é o mais adequado à satisfação do contrato.

Ao conceituar “notória especialização”, o dispositivo legal encerra com a expressão “que permita inferir que o seu trabalho é essencial e indiscutivelmente o mais adequado à plena satisfação do objeto do contrato”. Não restam dúvidas de que essa escolha dependerá de uma análise subjetiva da autoridade competente para celebrar o contrato. Nem poderia ser diferente, já que uma escolha calcada em elementos objetivos tornam a avaliação mais segura e a contratação mais precisa.

O excerto do já citado Acórdão 439/98-Plenário, TCU, que traz anotação de brilhante lição do saudoso Eros Roberto Grau:

Sobre a prerrogativa da Administração de avaliar a notória especialização do candidato, invocamos novamente os ensinamentos de Eros Roberto Grau, na mesma obra já citada: ‘...Impõem-se à Administração - isto é, ao agente público destinatário dessa atribuição - o dever de inferir qual o profissional ou empresa cujo trabalho é, essencial e indiscutivelmente, o mais adequado àquele objeto. Note-se que embora o texto normativo use o tempo verbal presente (‘é, essencial e indiscutivelmente, o mais adequado à plena satisfação do objeto do contrato’), aqui há prognóstico, que não se funda senão no requisito da confiança. Há intensa margem de discricionariedade aqui, ainda que o agente público, no cumprimento daquele dever de inferir, deva considerar atributos de notória especialização do contratado ou contratada. (Eros Roberto Grau, in Licitação e Contrato Administrativo - Estudos sobre a Interpretação da Lei, Malheiros, 1995, pág. 77) .

É idêntica a posição de Celso Antônio Bandeira de Mello(2004, p. 507), que, com a habitual precisão, esclarece que:

“É natural, pois, que, em situações deste gênero, a eleição do eventual contratado — a ser obrigatoriamente escolhido entre os sujeitos de reconhecida competência na matéria — recaia em profissional ou empresa cujos desempenhos despertem no contratante a convicção de que, para o caso, serão presumivelmente mais indicados do que os de outros, despertando-lhe a confiança de que produzirá a atividade mais adequada para o caso. Há, pois, nisto, também um componente inelimitável por parte de quem contrata.”

O TCU exige que a Administração, ao adotar a modalidade Tomada de Preços estabeleça critérios técnicos objetivos compatíveis com o objeto licitado o que foram alcançados aqui neste projeto básico. As exigências revelam-se absolutamente por conforme o doutrinador Marçal (Comentários à Lei de Licitações, 17ª Ed., p. 997) a necessidade de valorar somente que as empresas conhecem tecnicamente o assunto.

5. OBJETIVO A SER ATINIGO PELA EMPRESA CONTRATADA:

5.1 OBJETIVO GERAL:

Promover ações de Educação em Saúde Ambiental na comunidade de Juriti junto a 100% das famílias atendidas com ações do Programa de Melhoria Habitacional para o controle da Doença de Chagas.

5.1 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Fomentar ações de educação em saúde ambiental visando a participação da comunidade na gestão das políticas ambientais e de saúde;
- Instruir multiplicadores em saúde ambiental de acordo com os grupos sociais existentes na comunidade;

- Promover a melhoria na qualidade da saúde da população local e o desenvolvimento sustentável do município.

6. METAS

Especificação: Desenvolvimento de ações de Educação em Saúde Ambiental na comunidade de Juriti junto a 100% das famílias atendidas com ações do Programa de Melhoria Habitacional para o controle da Doença de Chagas.

7. ETAPAS

Etapa Nº 1 / Especificação: Realização de 1 oficina com carga horária de 24/h/a, para capacitação do grupo de trabalho interinstitucional, de até 20 pessoas, para atuação junto às famílias atendidas com ações do Programa de Melhoria Habitacional para o Controle da Doença de Chagas, com os seguintes temas: - O que é um Projeto?; - Apresentação do objeto do acompanhamento; - Apresentação dos instrumentais de acompanhamento; - Governança; - Participação Social; - Engajamento; - Cidadania; etc
OBS: - A oficina será dividida em 3 dias, com 8h/a cada dia. - Ao encerramento da oficina deverão ser apresentadas avaliação de satisfação, ficha de frequência e relatório fotográfico. - Os custos da oficina deverão contemplar: criação do conteúdo da apostila, deslocamento e hospedagem do facilitador.

Etapa Nº 2 / Especificação: Elaboração do Trabalho Social junto às famílias contempladas com ações do Programa de Melhoria Habitacional para o Controle da Doença de Chagas. O Trabalho Social compreenderá um conjunto de estratégias, processos e ações, realizado a partir do diagnóstico. O trabalho social contemplará: dimensões: social, econômica, produtiva, ambiental e político-institucional do território e da população beneficiária, características da intervenção, visando promover o exercício da participação e a inserção social dessas famílias, em articulação com as demais políticas públicas, contribuindo para a melhoria da sua qualidade de vida e para a sustentabilidade do serviço implantado. O Trabalho Social deverá conter pelo menos: - Mobilização, organização e fortalecimento social - Acompanhamento e gestão social da intervenção - Educação ambiental e patrimonial - Desenvolvimento socioeconômico O Trabalho Social será executado na fase pré-obra, obra e pós-obra. OBS: O trabalho social será realizado durante 24 meses - Os custos do trabalho social deverão contemplar as seguintes despesas: todos os deslocamentos necessários para elaboração do trabalho social, todas as despesas de diárias com hospedagem, todas as despesas de impressão relacionada ao produto, todas as despesas relacionadas a eventos e/ou atividades comunitárias e eventuais custos com os profissionais envolvidos com o produto

Etapa Nº 3 / Especificação: Elaboração do diagnóstico situacional para identificar os conhecimentos, atitudes e práticas das famílias atendidas com ações do Programa de Melhorias Habitacionais para o Controle da Doença de Chagas. O diagnóstico deverá contemplar: - Visita técnica; - Pesquisa in loco; - Análise de beneficiários; - Análise institucional; - Análise situacional; - Análise SWOT; - Levantamento dos conhecimentos, atitudes e práticas das famílias atendidas - Validação do dimensionamento OBS: - O diagnóstico será elaborado no período de 02 meses. - Os custos deverão contemplar todas as despesas de impressão relacionada ao produto e eventuais custos com os profissionais envolvidos com o produto.

Etapa Nº 4 / Especificação: Realização de 8 seminários de mobilização e sensibilização, com carga horária de 4 h/a, para as famílias contempladas com ações do Programa de Melhoria Habitacional para o Controle da Doença de Chagas, lideranças comunitárias, servidores públicos municipais e comunidade em geral, para até 200 pessoas. OBS: - Após o encerramento do seminário, deverão ser apresentadas avaliação de satisfação e relatório fotográfico do evento. - Os custos do seminário deverão contemplar deslocamento e hospedagem do facilitador.

Etapa Nº 5 / Especificação: Elaboração da matriz de risco do projeto, visando a identificação de possíveis problemas no andamento da obra de Melhorias Habitacionais para o Controle da Doença de Chagas, através da análise do projeto da obra, análise das partes interessadas, normativos dos convênios. A matriz de risco deverá conter no mínimo: - Visita técnica; - Premissas; - Identificação de possíveis problemas na execução da obra; - Medidas de contingência e contenção; - Classificação de risco - Formas de atuação junto à comunidade e aos responsáveis no município. OBS: - A matriz de risco será elaborada no período de 01 mês - Os custos deverão contemplar todas as despesas de impressão relacionada ao produto e eventuais custos com os profissionais envolvidos com o produto.

Etapa Nº 6 / Especificação: Realização de curso de capacitação, com duração de 24 h/a, para 40 participantes, que irão atuar como agentes multiplicadores das ações de Educação em Saúde Ambiental junto às famílias que serão beneficiadas em Melhoria Habitacional para o Controle da Doença de Chagas, com os seguintes temas: - Melhoria da saúde da população na redução das causas de adoecimento e redução dos riscos de infestação por triatomíneos. - Outros temas que possam surgir após o diagnóstico OBS: - O curso será dividido em 2 turmas, com 20 participantes cada, com 24 h/a para cada turma, com duração de 3 dias para cada turma. - Ao encerramento da capacitação deverá ser apresentada avaliação de satisfação, ficha de frequência e relatório fotográfico. - Os custos da oficina deverão contemplar: criação do conteúdo da apostila, deslocamento e hospedagem do facilitador.

Etapa Nº 7 / Especificação: Realização de 8 seminários de conscientização, com carga horária de 4 h/a, para as famílias contempladas com ações do Programa de Melhoria Habitacional para o Controle da Doença de Chagas, lideranças comunitárias, servidores públicos municipais e comunidade em geral, para até 200 pessoas. O seminário deverá abordar os seguintes temas: - Melhoria da saúde da população na redução das causas de adoecimento e redução dos riscos de infestação por triatomíneos. - Outros temas que possam surgir após o diagnóstico OBS: - Após o encerramento do seminário, deverão ser apresentadas avaliação de satisfação e relatório fotográfico do evento. - Os custos da oficina deverão contemplar: deslocamento e hospedagem do facilitador.

Etapa Nº 8 / Especificação: Realização de curso de capacitação em Educação Ambiental, com duração de 24 h/a, para 60 participantes, sendo 30 vagas para beneficiários das obras de Melhorias Habitacionais e 30 vagas para a comunidade em geral da localidade que receberá a intervenção. A capacitação abordará os seguintes temas: - Impactos Ambientais - Preservação Ambiental - Impacto da espécie humana sobre a natureza - Descarte correto de resíduos sólidos; - Coleta seletiva - Outros temas que possam surgir após o diagnóstico OBS: - O curso será realizado em 3 turmas, com 20 participantes cada, com 16 h/a, divididas em 2 dias para cada turma. - Ao encerramento da capacitação deverá ser apresentada avaliação de satisfação, ficha de frequência e relatório fotográfico. - Os custos da oficina deverão contemplar: criação do conteúdo da apostila, deslocamento e hospedagem do facilitador.

8. LOCAL DE EXECUÇÃO DAS ETAPAS / PÚBLICO ALVO

A comunidade público alvo pelo projeto será beneficiada pelo Programa de Melhorias Habitacionais para o Controle da Doença de Chagas, as famílias atualmente moram em casas de taipa e após a conclusão da obra receberão casas de alvenaria. Essa comunidade apresenta alto índice de infestação do vetor da doença de Chagas, ou seja os barbeiros, intra e peridomiciliar, além de apresentarem a existência de habitações que necessitam de melhorias e grande interesse da comunidade em mudar essa situação.

COMUNIDADE (S) OU GRUPO (S) POPULACIONAL (IS) BENEFICIADO (S) COM O PROJETO:

- comunidade rural.
- comunidade residente na região do semiárido brasileiro
- comunidade residente em bairros ou distritos do município
- população residente em municípios beneficiados com ações e projetos de MHDCDC FUNASA.

O Projeto será realizado no município de Cariré, com foco na localidade Juriti, onde foram beneficiadas 19 famílias com a Melhorias Habitacionais para Controle da Doenças de Chagas. O Município de Cariré-CE, foi criado em 16/09/1929 está localizado na microrregião de Sobral, com uma estimativa populacional de 18.358 hab, uma área de 756,893 km (IBGE2010). As principais vias de acesso são as BR-020 /BR-222 / BR-403 / CE-211 Seu IDH é de 0,622 (médio) Os municípios vizinhos são: Varjota, Reriutuba, Groaíras, Mucambo, Sobral, Santa Quitéria e Pacujá. Distante cerca de 268Km da capital. O município apresenta seis distritos: Cariré/Sede, Alto dos Honórios, Cacimbas, Jucá e Tapuio. Conforme dados do Censo IBGE 2010, do total de 18.347 residentes no município de Cariré, 5.317 encontravam-se em situação de extrema pobreza, ou seja, tal situação reflete de sobremaneira nos seus indicadores sociais, uma vez que o Índice de Desenvolvimento Humano - IDH (IBGE 2010) é 0,596 ocupando o 143º lugar no ranking no Ceará e 4.238º no Brasil e o Índice de Desenvolvimento Municipal - IDM é 15,26 ocupando o 160º lugar no ranking no Ceará. Assim como a maioria dos municípios cearenses, Cariré vem sofrendo com secas prolongadas e dificuldade no acesso a água, o que tem levado a população a armazenar água em qualquer recipiente e de forma inadequada, o que contribui para o aparecimento das arbovirose.

9. METODOLOGIA

As ações de Educação em Saúde Ambiental estão integradas às ações de saneamento e de saúde ambiental, em um trabalho conjunto e complementar, de forma a contribuir como ação estruturante na sustentabilidade socioambiental, sanitária, econômica das ações e aumentar a efetividade dos resultados na saúde da população. As ações do projeto serão estendidas além do período da implantação dos serviços de Melhorias Habitacionais de forma a contribuir no uso e na sustentabilidade desses. Para a execução das ações do projeto, optou-se pela contratação de especialistas para o desenvolvimento das ações, e a equipe técnica municipal fará o acompanhamento e monitoramento das ações. O projeto iniciará com a criação de um grupo de trabalho interinstitucional, que será composto por servidores municipais e liderança comunitária. A criação do grupo tem como objetivo estimular o desenvolvimento da capacidade das secretarias municipais de se organizarem internamente e promover ações educativas também para outras áreas, diferentes do objeto do projeto proposto para financiamento. Após a criação do grupo, será ofertada uma oficina com carga horária de 16 h/a, para atuação junto às famílias contempladas. Entende-se que para uma atuação satisfatória, é necessário que se aborde as seguintes temáticas:

O que é um Projeto:

- Apresentação do objeto do acompanhamento;
- Apresentação dos instrumentais de acompanhamento;
- Governança;
- Participação Social;
- Engajamento;
- Cidadania; etc



A etapa seguinte será a elaboração do diagnóstico situacional, que tem como objetivo identificar os conhecimentos, atitudes e práticas das famílias atendidas com ações de Melhorias Habitacionais. Para realização do diagnóstico será necessário:

- Visitas técnicas;
- Pesquisa in-loco;
- Análise de beneficiários;
- Análise institucional;
- Análise situacional;
- Análise SWOT;
- Levantamento dos conhecimentos, atitudes e práticas das famílias atendidas
- Validação do dimensionamento

Logo após a elaboração do diagnóstico, será realizado um seminário de mobilização e sensibilização para as famílias contempladas com ações do Programa de Melhoria Habitacional para o Controle da Doença de Chagas, lideranças comunitárias, servidores públicos municipais e comunidade em geral, para até 200 pessoas. O seminário de 4 h/a tem como objetivo mobilizar e sensibilizar a população para a construção de um pacto social para melhorar as condições de vida da população e do meio em que vivem. Assim, estaremos estimulando a consciência crítica da coletividade sobre os fatores determinantes e condicionantes socioambientais e sanitários que afetam a saúde humana e a sua qualidade de vida.

Em seguida será elaborada uma matriz de risco do projeto, visando a identificação de possíveis problemas no andamento da obra de implantação das Melhorias Habitacionais através da análise do projeto da obra, análise das partes interessadas, normativos dos convênios. A matriz de risco conterá:

- Visita técnica;
- Premissas;
- Identificação de possíveis problemas na execução da obra;
- Medidas de contingência e contenção;
- Classificação de risco;
- Formas de atuação junto à comunidade e aos responsáveis no município.

A próxima etapa será a realização de um curso de capacitação, com duração de 24 h/a, para 60 pessoas que irão atuar como agentes multiplicadores das ações de Educação em Saúde Ambiental em Melhorias Habitacionais, junto às famílias, com os seguintes temas:

- Melhoria da saúde da população na redução das causas de adoecimento e redução dos riscos de infestação por triatomíneos.
- Outros temas que possam surgir após a conclusão do diagnóstico, pois após a conclusão do diagnóstico, é que teremos a validação do dimensionamento.

O grupo de agentes multiplicadores será composto por agentes de endemias, professores das escolas públicas municipais, servidores municipais, e lideranças comunitárias que serão convidadas na ocasião do seminário de mobilização e sensibilização. A atuação dos agentes multiplicadores será de fundamental importância, pois será possível manter um legado do projeto, o que permitirá sua sustentabilidade mesmo após o encerramento do convênio.

A escolha do perfil desses multiplicadores se deu em razão da proximidade destes, junto ao público beneficiário. Posteriormente, será a fase de elaboração do Trabalho Social junto às famílias contempladas com ações do Programa de Melhoria Habitacional para o Controle da Doença de Chagas. O Trabalho Social será uma etapa fundamental e compreenderá um conjunto de estratégias, processos e ações, realizado a partir do diagnóstico. O trabalho social contemplará dimensões: social, econômica, produtiva, ambiental e político institucional do território e da população beneficiária, características da intervenção, visando promover o exercício da participação e a inserção social dessas famílias, em articulação com as demais políticas públicas, contribuindo para a melhoria da sua qualidade de vida e para a sustentabilidade do serviço implantado.

O Trabalho Social será elaborado tendo como base os seguintes eixos:

1. Mobilização, organização e fortalecimento social: prevê processos de informação, mobilização, organização e capacitação da população beneficiária visando promover a autonomia e o protagonismo social, bem como o fortalecimento das organizações existentes no território, a constituição e a formalização de novas representações e novos canais de participação e controle social.
2. Acompanhamento e gestão social da intervenção: visa promover a gestão das ações sociais necessárias para a consecução da intervenção, incluindo o acompanhamento, a negociação e interferências ocorridas ao longo da sua execução, bem como, preparar e acompanhar a comunidade para compreensão desta, de modo a minimizar os aspectos negativos vivenciados pelos beneficiários e evidenciar os ganhos ocasionados ao longo do processo, contribuindo para sua implementação.
3. Educação ambiental e patrimonial: visa promover mudanças de atitude em relação ao meio ambiente, ao patrimônio e à vida saudável, fortalecendo a percepção crítica da população sobre os aspectos que influenciam sua qualidade de vida, além de refletir sobre os fatores sociais, políticos, culturais e econômicos que determinam sua realidade, tornando possível alcançar a sustentabilidade ambiental e social da intervenção.
4. Desenvolvimento socioeconômico: objetiva a articulação de políticas públicas, o apoio e a implementação de iniciativas de geração de trabalho e renda, visando à inclusão produtiva, econômica e social, de forma a promover o incremento da renda familiar e a melhoria da qualidade de vida da população, fomentando condições para um processo de desenvolvimento socio territorial de médio e longo prazo. As ações previstas no Trabalho Social serão realizadas nas Fases de Obras e Pós-Obra.

Após a conclusão do Trabalho Social, será realizado um seminário de conscientização, com carga horária de 4 h/a para as famílias contempladas com ações do Programa de Melhoria Habitacional para o Controle da Doença de Chagas, lideranças comunitárias, servidores públicos municipais e comunidade em geral, para até 200 pessoas. O seminário abordará os seguintes temas:

- Melhoria da saúde da população na redução das causas de adoecimento e redução dos riscos de infestação por triatomíneos.
- Outros temas que possam surgir após o diagnóstico.

Por último será realizado um curso de capacitação em Educação Ambiental, com duração de 16 h/a, para 50 participantes, sendo 25 vagas para beneficiários das obras de Melhorias Habitacionais e 25 vagas para a comunidade em geral da localidade que receberá a intervenção. A capacitação abordará os seguintes temas:

- Impactos Ambientais
- Preservação Ambiental
- Impacto da espécie humana sobre a natureza

- Descarte correto de resíduos sólidos;
- Coleta seletiva
- Outros temas que possam surgir após o diagnóstico.



Estão previstos nos custos de todas as oficinas, cursos e seminários, as despesas com material didático, material gráfico impresso e digital, coffee break, deslocamento, diárias com hospedagens do facilitador. Nos casos das oficinas e cursos, todos dos participantes receberão certificado de participação. Após a conclusão de todas as atividades de formação, será apresentada avaliação de satisfação do evento, ficha de frequência com assinatura de todos os participantes e relatório fotográfico.

10. RESULTADOS ESPERADOS

- 70% de participação do público alvo nas atividades realizadas;
- 70% de satisfação do público alvo nas atividades realizadas;

O município realizará oficina de validação junto à empresa contratada para definição de características e instrumentos de avaliação dos resultados esperados.

CONDIÇÕES MÍNIMAS A SEREM OBSERVADAS DENTRO DO RESULTADO ESPERADO NO QUESITO AVALIAÇÃO E PRESTAÇÃO DE CONTAS:

- 70% de participação dos convidados nas atividades realizadas ($n^{\circ}participantes/n^{\circ}convidados \times 100$);
- Redução do número de casos de doenças e agravos transmitida por vetores (Dados do Boletim Epidemiológico);
- Fotos;
- Frequência de todas as atividades;
- Avaliação individual por participantes da qualidade dos serviços ofertados.

META

Meta 01- Desenvolvimento de ações de Educação em Saúde Ambiental nas comunidades junto a 100% das famílias atendidas com ações do Programa de Melhoria Habitacional para o controle da Doença de Chagas.

ETAPAS DA META 01

Etapa Nº 1 / Especificação: Realização de 1 oficina com carga horária de 24/h/a, para capacitação do grupo de trabalho interinstitucional, de até 20 pessoas, para atuação junto às famílias atendidas com ações do Programa de Melhoria Habitacional para o Controle da Doença de Chagas, com os seguintes temas: - O que é um Projeto?; - Apresentação do objeto do acompanhamento; - Apresentação dos instrumentais de acompanhamento; - Governança; - Participação Social; - Engajamento; - Cidadania; etc OBS: - A oficina será dividida em 3 dias, com 8h/a cada dia. - Ao encerramento da oficina deverão ser apresentadas avaliação de satisfação, ficha de frequência e relatório fotográfico. - Os custos da oficina deverão contemplar: criação do conteúdo da apostila, deslocamento e hospedagem do facilitador.

Etapa Nº 2 / Especificação: Elaboração do Trabalho Social junto às famílias contempladas com ações do Programa de Melhoria Habitacional para o Controle da Doença de Chagas. O Trabalho Social compreenderá um conjunto de estratégias, processos e ações, realizado a partir do diagnóstico. O trabalho social contemplará: dimensões: social, econômica, produtiva, ambiental e político-institucional do território e da população beneficiária, características da intervenção, visando promover o exercício da participação e a inserção social dessas famílias, em articulação com as demais políticas públicas, contribuindo para a melhoria da sua qualidade de vida e para a sustentabilidade do serviço implantado. O Trabalho Social deverá conter pelo menos: - Mobilização, organização e fortalecimento social - Acompanhamento e gestão social da intervenção - Educação ambiental e patrimonial - Desenvolvimento socioeconômico O Trabalho Social será executado na fase pré-obra, obra e pós-obra. OBS: O trabalho social será realizado durante 24 meses - Os custos do trabalho social deverão contemplar as seguintes despesas: todos os deslocamentos necessários para elaboração do trabalho social, todas as despesas de diárias com hospedagem, todas as despesas de impressão relacionada ao produto, todas as despesas relacionadas a eventos e/ou atividades comunitárias e eventuais custos com os profissionais envolvidos com o produto.

Etapa Nº 3 / Especificação: Elaboração do diagnóstico situacional para identificar os conhecimentos, atitudes e práticas das famílias atendidas com ações do Programa de Melhorias Habitacionais para o Controle da Doença de Chagas. O diagnóstico deverá contemplar: - Visita técnica; - Pesquisa in loco; - Análise de beneficiários; - Análise institucional; - Análise situacional; - Análise SWOT; - Levantamento dos conhecimentos, atitudes e práticas das famílias atendidas - Validação do dimensionamento OBS: - O diagnóstico será elaborado no período de 02 meses. - Os custos deverão contemplar todas as despesas de impressão relacionada ao produto e eventuais custos com os profissionais envolvidos com o produto.

Etapa Nº 4 / Especificação: Realização de 8 seminários de mobilização e sensibilização, com carga horária de 4 h/a, para as famílias contempladas com ações do Programa de Melhoria Habitacional para o Controle da Doença de Chagas, lideranças comunitárias, servidores públicos municipais e comunidade em geral, para até 200 pessoas. OBS: - Após o encerramento do seminário, deverão ser apresentadas avaliação de satisfação e relatório fotográfico do evento. - Os custos do seminário deverão contemplar deslocamento e hospedagem do facilitador.

Etapa Nº 5 / Especificação: Elaboração da matriz de risco do projeto, visando a identificação de possíveis problemas no andamento da obra de Melhorias Habitacionais para o Controle da Doença de Chagas, através da análise do projeto da obra, análise das partes interessadas, normativos dos convênios. A matriz de risco deverá conter no mínimo: - Visita técnica; - Premissas; - Identificação de possíveis problemas na execução da obra; - Medidas de contingência e contenção; - Classificação de risco - Formas de atuação junto à comunidade e aos responsáveis no município. OBS: - A matriz de risco será elaborada no período de 01 mês - Os custos deverão contemplar todas as despesas de impressão relacionada ao produto e eventuais custos com os profissionais envolvidos com o produto.

Etapa Nº 6 / Especificação: Realização de curso de capacitação, com duração de 24 h/a, para 40 participantes, que irão atuar como agentes multiplicadores das ações de Educação em Saúde Ambiental junto às famílias que serão beneficiadas em Melhoria Habitacional para o Controle da Doença de Chagas, com os seguintes temas: - Melhoria da saúde da população na redução das causas de adoecimento e redução dos riscos de infestação por triatomíneos. - Outros temas que possam surgir após o diagnóstico OBS: - O curso será dividido em 2 turmas, com 20 participantes cada, com 24 h/a para cada turma, com duração de 3 dias para cada turma. - Ao encerramento da capacitação deverá ser apresentada avaliação de satisfação, ficha de frequência e relatório fotográfico. - Os custos da oficina deverão

contemplar: criação do conteúdo da apostila, deslocamento e hospedagem do facilitador.

Etapa Nº 7 / Especificação: Realização de 8 seminários de conscientização, com carga horária de 4 h/a, para as famílias contempladas com ações do Programa de Melhoria Habitacional para o Controle da Doença de Chagas, lideranças comunitárias, servidores públicos municipais e comunidade em geral, para até 200 pessoas. O seminário deverá abordar os seguintes temas: - Melhoria da saúde da população na redução das causas de adoecimento e redução dos riscos de infestação por triatomíneos. - Outros temas que possam surgir após o diagnóstico OBS: - Após o encerramento do seminário, deverão ser apresentadas avaliação de satisfação e relatório fotográfico do evento. - Os custos da oficina deverão contemplar: deslocamento e hospedagem do facilitador.

Etapa Nº 8 / Especificação: Realização de curso de capacitação em Educação Ambiental, com duração de 24 h/a, para 60 participantes, sendo 30 vagas para beneficiários das obras de Melhorias Habitacionais e 30 vagas para a comunidade em geral da localidade que receberá a intervenção. A capacitação abordará os seguintes temas: - Impactos Ambientais - Preservação Ambiental - Impacto da espécie humana sobre a natureza - Descarte correto de resíduos sólidos; - Coleta seletiva - Outros temas que possam surgir após o diagnóstico OBS: - O curso será realizado em 3 turmas, com 20 participantes cada, com 16 h/a, divididas em 2 dias para cada turma. - Ao encerramento da capacitação deverá ser apresentada avaliação de satisfação, ficha de frequência e relatório fotográfico. - Os custos da oficina deverão contemplar: criação do conteúdo da apostila, deslocamento e hospedagem do facilitador.

11. DETALHAMENTO DAS DESPESAS:



ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QUANT	VR UNITÁRIO	VR. TOTAL
1	Contratação de serviços técnicos profissionais para realização de 1 oficina com carga horária de 24/h/a, para capacitação do grupo de trabalho interinstitucional, de até 20 pessoas, para atuação junto às famílias atendidas com ações do Programa de Melhoria Habitacional para o Controle da Doença de Chagas.	H	24	R\$ 362,00	R\$ 8.688,00
2	Contratação de serviços para impressão de 20 apostilas para oficina de capacitação do grupo de trabalho interinstitucional, para atuação junto às famílias contempladas com as ações do Programa de Melhoria Habitacional para o Controle da Doença de Chagas.	UN	20	R\$ 14,00	R\$ 280,00
3	Contratação de serviços de buffet para 20 participantes das oficinas de capacitação do grupo de trabalho interinstitucional, para atuação junto às famílias contempladas com as ações do Programa de Melhoria Habitacional para o Controle da Doença de Chagas, durante 3 dias de treinamento.	UN	60	R\$ 15,00	R\$ 900,00
4	Contratação de serviços técnicos profissionais para elaboração do diagnóstico situacional.	UN	1	R\$ 29.000,00	R\$ 29.000,00
5	Contratação de serviços técnicos profissionais para realização de 8 seminários de mobilização e sensibilização, com carga horária de 4 h/a, para as famílias contempladas com ações do Programa de Melhoria Habitacional para o Controle da Doença de Chagas, lideranças comunitárias, servidores públicos municipais e comunidade em geral, para até 200 pessoas	H	32	R\$ 362,00	R\$ 11.584,00

6	Contratação de serviços técnicos profissionais para elaboração da matriz de risco do projeto, visando a identificação de possíveis problemas no andamento da obra de Melhorias Habitacionais para o Controle da Doença de Chagas, através da análise do projeto da obra, análise das partes interessadas, normativos dos convênios.	UN	1	R\$ 25.000,00	R\$ 25.000,00
7	Contratação de serviços técnicos profissionais para realização de curso de capacitação, com duração de 24 h/a, para 40 participantes, que irão atuar como agentes multiplicadores das ações de Educação em Saúde Ambiental junto às famílias que serão beneficiadas em Melhoria Habitacional para o Controle da Doença de Chagas.	H	48	R\$ 362,00	R\$ 17.376,00
8	Contratação de serviços para impressão de 40 apostilas para oficina de capacitação dos agentes multiplicadores das ações de Educação em Saúde Ambiental na implantação da Melhoria Habitacional para o Controle da Doença de Chaga.	UN	40	R\$ 14,00	R\$ 560,00
9	Contratação de serviços de buffet para 40 participantes das oficinas de capacitação dos agentes multiplicadores das ações de Educação em Saúde Ambiental na implantação do Sistema de Abastecimento Público de Água, durante 3 dias de treinamento.	UN	120	R\$ 15,00	R\$ 1.800,00
10	Contratação de serviços técnicos profissionais para elaboração do Trabalho Social junto às famílias contempladas com ações do Programa de Melhoria Habitacional para o Controle da Doença de Chagas. O Trabalho Social compreenderá um conjunto de estratégias, processos e ações, realizado a partir do diagnóstico. O trabalho social contemplará: dimensões: social, econômica, produtiva, ambiental e político-institucional do território e da população beneficiária, características da intervenção, visando promover o exercício da participação e a inserção social dessas famílias, em articulação com as demais políticas públicas, contribuindo para a melhoria da sua qualidade de vida e para a sustentabilidade do serviço implantado.	UN	1	R\$ 25.062,00	R\$ 25.062,00
11	Contratação de serviços técnicos profissionais para realização de 8 seminário de conscientização, com carga horaria de 4 h/a, para as famílias contempladas com ações do Programa de Melhoria Habitacional para o Controle da Doença de Chagas, lideranças comunitárias, servidores públicos municipais e comunidade em geral, para até 200 pessoas.	H	32	R\$ 362,00	R\$ 11.584,00

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES
FI. 61
P.M. CARIRE

Handwritten signatures and initials.

12	Contratação de serviços técnicos profissionais para realização de curso de capacitação em Educação Ambiental, com duração de 24 h/a, para 60 participantes, sendo 30 vagas para beneficiários das obras de Melhorias Habitacionais e 30 vagas para a comunidade em geral da localidade que receberá a intervenção	H	48	R\$ 362,00	R\$ 17.376,00
13	Contratação de serviços para impressão de 60 apostilas para oficina de capacitação das ações de Educação em Saúde Ambiental na implantação das Melhorias Habitacionais	UN	60	R\$ 14,00	R\$ 840,00
14	Contratação de serviços de buffet para 60 participantes das oficinas de capacitação dos agentes multiplicadores das ações de Educação em Saúde Ambiental na implantação Melhorias Habitacionais, durante 2 dias de treinamento.	UN	120	R\$ 15,00	R\$ 1.800,00
VALOR TOTAL ESTIMADO					R\$ 151.850,00

A empresa deverá apresentar na composição da sua proposta de preços todo o detalhamento necessário com a listagem dos valores unitários e totais referentes a cada meta.

12. DA DOTACÃO ORÇAMENTÁRIA:

I. As despesas objeto deste Termo serão custeadas com Recursos consignados no orçamento da Secretaria de Saúde, conforme classificação orçamentária:

UNIDADE	FONTE	PROGRAMA	ELEMENTO DE DESPESA
08.02	2.100	10.301.1012.2.110	3.3.90.39.00



Handwritten signatures and initials.

ANEXO II – MINUTA DO TERMO DE CONTRATO

TERMO DE CONTRATO Nº [REDACTED]

**TERMO DE CONTRATO QUE FAZEM ENTRE SI A
PREFEITURA MUNICIPAL DE CARIRÉ, ATRAVÉS DA
SECRETARIA E A EMPRESA [REDACTED].**

A Prefeitura Municipal de CARIRÉ, pessoa jurídica de direito público interno, através da [REDACTED], em sua sede na Praça Elísio Aguiar, nº141, Centro - CEP: 62.184-000, CARIRÉ-CE, inscrito no CNPJ/MF sob o n.º 07.598.600/0001-42, neste ato representado pela Sr(a). [REDACTED] inscrito no CPF nº [REDACTED], doravante denominado CONTRATANTE, e a EMPRESA [REDACTED] inscrita no CNPJ/MF sob o nº [REDACTED] EMPRESA, sediada na [REDACTED] VENDEDORA [REDACTED], doravante designada CONTRATADA, neste ato representada pelo Sr(a). [REDACTED] REPRESENTANTE, portador da Carteira de Identidade nº [REDACTED] ID REPRESENTANTE, expedida pelo SSPDS, e CPF nº [REDACTED] CPF REPRESENTANTE, tendo em vista o que consta no Processo nº [REDACTED] Nº PROCESSO e em observância às disposições da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, Lei de Diretrizes Orçamentárias vigente e do Decreto nº 7.983, de 8 de abril de 2013, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente da [REDACTED] MODALIDADE, nº [REDACTED] Nº PROCESSO, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

- 1.1. O objeto do presente instrumento é a [REDACTED] OBJETO, que será prestado nas condições estabelecidas no Projeto Básico e demais documentos técnicos que se encontram anexos ao Instrumento Convocatório do certame que deu origem a este instrumento contratual.
- 1.2. Este Termo de Contrato vincula-se ao Instrumento Convocatório da [REDACTED] MODALIDADE, Nº [REDACTED] e seus anexos, identificado no preâmbulo acima, e à proposta vencedora, independentemente de transcrição.
- 1.3. Objeto da Contratação:

2. CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA

- 2.1. O prazo de vigência deste Termo de Contrato é aquele fixado no Edital, com início na data de assinatura, transcorrendo por [REDACTED] PERÍODO, conforme cronograma físico-financeiro. Com vigência até o dia [REDACTED].
- 2.2. A vigência poderá ultrapassar o exercício financeiro, desde que as despesas referentes à contratação sejam integralmente empenhadas até 31 de dezembro, para fins de inscrição em restos a pagar, conforme Orientação Normativa AGU nº 39, de 13/12/2011.
- 2.3. A execução dos serviços será iniciada após emissão de ordem de serviço, com observância ao cronograma fixado no Projeto Básico.
- 2.4. Os prazos contratuais extinguem-se em harmonia com os prazos estipulados para execução, devendo atentar-se ao subitem 2.4 quanto a prorrogações, bem como aos ditames legais da Lei 8.666 de 21 de Junho de 1993.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – DO VALOR DO CONTRATO

- 3.1. O valor total da contratação é de [REDACTED] VALOR TOTAL.
- 3.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, bem como taxas de licenciamento, administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.
- 3.3. O valor consignado neste Termo de Contrato é fixo e irrevogável, porém poderá ser corrigido anualmente mediante requerimento da contratada, observado o interregno mínimo de um ano, contado a partir da data limite para a apresentação da proposta, pela variação do INCC (Índice

Nacional de Custos da Construção), e do segundo o IPCA (Índice de Preço ao Consumidor Amplo) ou outro que vier a substituí-lo.

4. CLÁUSULA QUARTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

4.1. As despesas decorrentes desta contratação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento do Município de CARIRÉ, para o exercício de 2021 na classificação abaixo:

DOTAÇÃO	FONTE DE RECURSOS	ELEMENTO DE DESPESAS

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES
FI. 64
P.M. CARIRÉ

5. CLÁUSULA QUINTA – DO PAGAMENTO

5.1. O prazo para pagamento à CONTRATADA e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Edital.

6. CLÁUSULA SEXTA – CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO

6.1. A disciplina inerente ao controle e fiscalização da execução contratual será desempenhada pelo Sr(a). [redacted], inscrito no CPF: [redacted].

7. CLÁUSULA SETIMA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA

7.1. As obrigações da CONTRATANTE e da CONTRATADA são aquelas previstas no Edital.

8. CLÁUSULA OITAVA – DA SUBCONTRATAÇÃO

8.1 É permitida a subcontratação parcial do objeto, respeitadas as condições e obrigações estabelecidas no Edital e na proposta da contratada.

9. CLÁUSULA NONA - ALTERAÇÃO SUBJETIVA

9.1 É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

10. CLÁUSULA DÉCIMA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

10.1. As sanções relacionadas à execução do contrato são aquelas previstas no Edital.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO REGIME DE EXECUÇÃO E DAS ALTERAÇÕES

11.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

11.2. A diferença percentual entre o valor global do contrato e o preço global de referência não poderá ser reduzida em favor do contratado em decorrência de aditamentos que modifiquem a planilha orçamentária.

11.3. O contrato será realizado por execução indireta, sob o regime de empreitada por preço unitário.

11.4. A diferença percentual entre o valor global do contrato e o preço global de referência poderá ser reduzida para a preservação do equilíbrio econômico-financeiro do contrato em casos excepcionais e justificados, desde que os custos unitários dos aditivos contratuais não excedam os custos unitários do sistema de referência utilizado na forma do Decreto n. 7.983/2013, assegurada a manutenção da vantagem da proposta vencedora ante a da segunda colocada na licitação.

11.5. O serviço adicionado ao contrato ou que sofra alteração em seu quantitativo ou preço deverá apresentar preço unitário inferior ao preço de referência da Administração Pública divulgado por ocasião da licitação, mantida a proporcionalidade entre o preço global contratado e o preço de

referência, ressalvada a exceção prevista no subitem anterior e respeitados os limites do previstos no § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS VEDAÇÕES

12.1. É vedado à CONTRATADA:

12.1.1. Caucionar ou utilizar este Termo de Contrato para qualquer operação financeira;

12.1.2. Interromper a execução dos serviços/atividades sob alegação de inadimplemento por parte da CONTRATANTE, salvo nos casos previstos em lei.

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES
FI. 65
P.M. CARIRE

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DO RECEBIMENTO DO OBJETO

13.1. A disciplina inerente ao recebimento do objeto é aquela prevista no Projeto Básico, anexo do Edital.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – RESCISÃO

14.1 O presente Termo de Contrato poderá ser rescindido nas hipóteses previstas no art. 78 da Lei nº 8.666, de 1993, com as consequências indicadas no art. 80 da mesma Lei, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas no Projeto Básico, anexo do Edital.

14.2 Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados, assegurando-se à CONTRATADA o direito à prévia e ampla defesa.

14.3 A CONTRATADA reconhece os direitos da CONTRATANTE em caso de rescisão administrativa prevista no art. 77 da Lei nº 8.666, de 1993.

14.4 O termo de rescisão, sempre que possível, deverá indicar:

14.4.1 Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos em relação ao cronograma físico-financeiro, atualizado;

14.4.2 Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

14.4.3 Indenizações e multas.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – PUBLICAÇÃO

15.1 Incumbirá à Contratante providenciar a publicação deste instrumento, por extrato, no mesmos meios publicitários que circularam a divulgação da **«MODALIDADE»** **«Nº PROCESSO»**, no prazo previsto na Lei nº 8.666, de 1993.

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – FORO

16.1 O Foro para solucionar os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato será a Comarca de CARIRÉ - CE.

Para firmeza e validade do pactuado, o presente Termo de Contrato foi lavrado em duas (duas) vias de igual teor, que, depois de lido e achado em ordem, vai assinado pelos contraentes.

CARIRÉ – CE, **DATA DO CONTRATO**

ORDENADOR(A) DE DESPESAS DA
CONTRATANTE

EMPRESA
CNPJ: **CNPJ EMPRESA**
Sr(a). **REPRESENTANTE**
CPF: nº **CPF REPRESENTANTE**
CONTRATADA

[Handwritten signatures]

TESTEMUNHAS:



1. _____

Nome:

CPF nº:

2. _____

Nome:

CPF nº:



[Handwritten signatures]

ANEXO III

Modelo de Declaração de cumprimento ao disposto no inciso XXXIII do art. 7º, da Constituição Federal

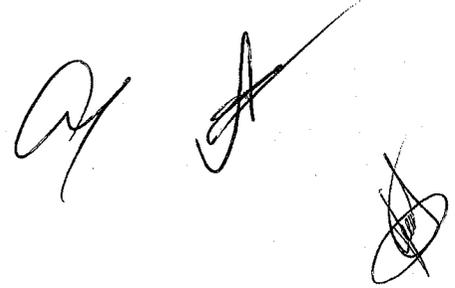
(NOMINA E QUALIFICA O LICITANTE), DECLARA, para os devidos fins de direito, especialmente para fins de prova em processo licitatório N° _____, junto ao Município de CARIRÉ, Estado do Ceará, que, em cumprimento ao estabelecido na Lei nº 9.854, de 27/10/1999, publicada no DOU de 28/10/1999, e ao inciso XXXIII, do artigo 70, da Constituição Federal, não emprega menores de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, nem emprega menores de 16 (dezesesseis) anos em trabalho algum, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos.

Pelo que, por ser a expressão da verdade, firma a presente, sob as penas da Lei.

..... (CE), de de



.....
DECLARANTE



ANEXO IV

Modelo de declaração de inexistência de fato superveniente impeditivo da habilitação

(NOMINA E QUALIFICA O LICITANTE), DECLARA, para os devidos fins de direito, especialmente para fins de prova em processo licitatório N° _____, junto ao Município de CARIRÉ, Estado do Ceará, sob as penalidades cabíveis, que inexistente qualquer fato superveniente impeditivo de nossa habilitação para participar no presente certame licitatório, bem assim que ficamos ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores, nos termos do art.32, §2º, da Lei n.º 8.666/93.

Pelo que, por ser a expressão da verdade, firma a presente, sob as penas da Lei.

..... (CE), de de

.....
DECLARANTE



Handwritten signatures and initials at the bottom right of the page.

ANEXO V

Modelo de declaração de microempresa, de empresa de pequeno porte, conforme disposto na Lei Complementar 123/2006

(NOMINA E QUALIFICA O LICITANTE), DECLARA, para os devidos fins de direito, especialmente para fins de prova em processo licitatório N° _____, junto ao Município de CARIRÉ, Estado do Ceará, sob as penalidades cabíveis que é microempresa ou empresa de pequeno porte, nos termos do enquadramento previsto na Lei Complementar nº. 123/2006, de 14 de dezembro de 2006, cujo termos declaro conhecer na íntegra, e está apta, portanto, a exercer o direito de preferência como critério de desempate no certame em epígrafe

Pelo que, por ser a expressão da verdade, firma a presente, sob as penas da Lei.

..... (CE), de de



.....
DECLARANTE



ANEXO IV – MODELO DE PROPOSTA

À PREFEITURA MUNICIPAL DE CARIRÉ

REF. Nº _____

OBJETO DA LICITAÇÃO:

DATA DE ABERTURA: ___/___/___



META

META 01- DESENVOLVIMENTO DE AÇÕES DE EDUCAÇÃO EM SAÚDE AMBIENTAL NAS COMUNIDADES JUNTO A 100% DAS FAMÍLIAS ATENDIDAS COM AÇÕES DO PROGRAMA DE MELHORIA HABITACIONAL PARA O CONTROLE DA DOENÇA DE CHAGAS.

ETAPAS DA META 01

Etapa Nº 1 / Especificação: Realização de 1 oficina com carga horária de 24/h/a, para capacitação do grupo de trabalho interinstitucional, de até 20 pessoas, para atuação junto às famílias atendidas com ações do Programa de Melhoria Habitacional para o Controle da Doença de Chagas, com os seguintes temas: - O que é um Projeto?; - Apresentação do objeto do acompanhamento; - Apresentação dos instrumentais de acompanhamento; - Governança; - Participação Social; - Engajamento; - Cidadania; etc OBS: - A oficina será dividida em 3 dias, com 8h/a cada dia. - Ao encerramento da oficina deverão ser apresentadas avaliação de satisfação, ficha de frequência e relatório fotográfico. - Os custos da oficina deverão contemplar: criação do conteúdo da apostila, deslocamento e hospedagem do facilitador.

VALOR DA ETAPA EM R\$: _____

Etapa Nº 2 / Especificação: Elaboração do Trabalho Social junto às famílias contempladas com ações do Programa de Melhoria Habitacional para o Controle da Doença de Chagas. O Trabalho Social compreenderá um conjunto de estratégias, processos e ações, realizado a partir do diagnóstico. O trabalho social contemplará: dimensões: social, econômica, produtiva, ambiental e político-institucional do território e da população beneficiária, características da intervenção, visando promover o exercício da participação e a inserção social dessas famílias, em articulação com as demais políticas públicas, contribuindo para a melhoria da sua qualidade de vida e para a sustentabilidade do serviço implantado. O Trabalho Social deverá conter pelo menos: - Mobilização, organização e fortalecimento social - Acompanhamento e gestão social da intervenção - Educação ambiental e patrimonial - Desenvolvimento socioeconômico O Trabalho Social será executado na fase pré-obra, obra e pós-obra. OBS: O trabalho social será realizado durante 24 meses - Os custos do trabalho social deverão contemplar as seguintes despesas: todos os deslocamentos necessários para elaboração do trabalho social, todas as despesas de diárias com hospedagem, todas as despesas de impressão relacionada ao produto, todas as despesas relacionadas a eventos e/ou atividades comunitárias e eventuais custos com os profissionais envolvidos com o produto.

VALOR DA ETAPA EM R\$: _____

Etapa Nº 3 / Especificação: Elaboração do diagnóstico situacional para identificar os conhecimentos, atitudes e práticas das famílias atendidas com ações do Programa de Melhorias Habitacionais para o Controle da Doença de Chagas. O diagnóstico deverá contemplar: - Visita técnica; - Pesquisa in loco; - Análise de beneficiários; - Análise institucional; - Análise situacional; - Análise SWOT; - Levantamento dos conhecimentos, atitudes e práticas das famílias atendidas - Validação do dimensionamento OBS: - O diagnóstico será elaborado no período de 02 meses. - Os custos deverão contemplar todas as despesas de impressão relacionada ao produto e eventuais custos com os profissionais envolvidos com o produto.

VALOR DA ETAPA EM R\$: _____

Etapa Nº 4 / Especificação: Realização de 8 seminários de mobilização e sensibilização, com carga horaria de 4 h/a, para as famílias contempladas com ações do Programa de Melhoria Habitacional para o Controle da Doença de Chagas, lideranças comunitárias, servidores públicos municipais e comunidade em geral, para até 200 pessoas. OBS: - Após o encerramento do seminário, deverão ser apresentadas avaliação de satisfação e relatório fotográfico do evento. - Os custos do seminário deverão contemplar deslocamento e hospedagem do facilitador.

VALOR DA ETAPA EM R\$: _____

Etapa Nº 5 / Especificação: Elaboração da matriz de risco do projeto, visando a identificação de possíveis problemas no andamento da obra de Melhorias Habitacionais para o Controle da Doença de Chagas, através da análise do projeto da obra, análise das partes interessadas, normativos dos convênios. A matriz de risco deverá conter no mínimo: - Visita técnica; - Premissas; - Identificação de possíveis problemas na execução da obra; - Medidas de contingência e contenção; - Classificação de risco - Formas de atuação junto à comunidade e aos responsáveis no município. OBS: - A matriz de risco será elaborada no período de 01 mês - Os custos deverão contemplar todas as despesas de impressão relacionada ao produto e eventuais custos com os profissionais envolvidos com o produto.

VALOR DA ETAPA EM R\$: _____

Etapa Nº 6 / Especificação: Realização de curso de capacitação, com duração de 24 h/a, para 40 participantes, que atuarão como agentes multiplicadores das ações de Educação em Saúde Ambiental junto às famílias que serão beneficiadas em Melhoria Habitacional para o Controle da Doença de Chagas, com os seguintes temas: - Melhoria da saúde da população na redução das causas de adoecimento e redução dos riscos de infestação por triatomíneos. - Outros temas que possam surgir após o diagnóstico OBS: - O curso será dividido em 2 turmas, com 20 participantes cada, com 24 h/a para cada turma, com duração de 3 dias para cada turma. - Ao encerramento da capacitação deverá ser apresentada avaliação de satisfação, ficha de frequência e relatório fotográfico. - Os custos da oficina deverão contemplar: criação do conteúdo da apostila, deslocamento e hospedagem do facilitador.

VALOR DA ETAPA EM R\$: _____

Etapa Nº 7 / Especificação: Realização de 8 seminários de conscientização, com carga horaria de 4 h/a, para as famílias contempladas com ações do Programa de Melhoria Habitacional para o Controle da Doença de Chagas, lideranças comunitárias, servidores públicos municipais e comunidade em geral, para até 200 pessoas. O seminário deverá abordar os seguintes temas: - Melhoria da saúde da população na redução das causas de adoecimento e redução dos riscos de infestação por triatomíneos. - Outros temas que possam surgir após o diagnóstico OBS: - Após o encerramento do seminário, deverão ser apresentadas avaliação de satisfação e relatório fotográfico do evento. - Os custos da oficina deverão contemplar: deslocamento e hospedagem do facilitador.

VALOR DA ETAPA EM R\$: _____

Etapa Nº 8 / Especificação: Realização de curso de capacitação em Educação Ambiental, com duração de 24 h/a, para 60 participantes, sendo 30 vagas para beneficiários das obras de Melhorias Habitacionais e 30 vagas para a comunidade em geral da localidade que receberá a intervenção. A capacitação abordará os seguintes temas: - Impactos Ambientais - Preservação Ambiental - Impacto da espécie humana sobre a natureza - Descarte correto de resíduos sólidos; - Coleta seletiva - Outros temas que possam surgir após o diagnóstico OBS: - O curso será realizado em 3 turmas, com 20 participantes cada, com 16 h/a, divididas em 2 dias para cada turma. - Ao encerramento da capacitação deverá ser apresentada avaliação de satisfação, ficha de frequência e relatório fotográfico. - Os custos da oficina deverão contemplar: criação do conteúdo da apostila, deslocamento e hospedagem do facilitador.

VALOR DA ETAPA EM R\$: _____

DECOMPOSIÇÃO DOS CUSTOS DAS ETAPAS

[Handwritten signature]

ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QUANT	VR UNITÁRIO	VR. TOTAL
------	-----------	-----	-------	-------------	-----------

[Handwritten signatures]

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES
FI. 72
P.M. CARIRÉ

1	Contratação de serviços técnicos profissionais para realização de 1 oficina com carga horária de 24/h/a, para capacitação do grupo de trabalho interinstitucional, de até 20 pessoas, para atuação junto às famílias atendidas com ações do Programa de Melhoria Habitacional para o Controle da Doença de Chagas..	H	24	
2	Contratação de serviços para impressão de 20 apostilas para oficina de capacitação do grupo de trabalho interinstitucional, para atuação junto às famílias contempladas com as ações do Programa de Melhoria Habitacional para o Controle da Doença de Chagas.	UN	20	
3	Contratação de serviços de buffet para 20 participantes das oficinas de capacitação do grupo de trabalho interinstitucional, para atuação junto às famílias contempladas com as ações do Programa de Melhoria Habitacional para o Controle da Doença de Chagas, durante 3 dias de treinamento.	UN	60	
4	Contratação de serviços técnicos profissionais para elaboração do diagnóstico situacional.	UN	1	
5	Contratação de serviços técnicos profissionais para realização de 8 seminários de mobilização e sensibilização, com carga horaria de 4 h/a, para as famílias contempladas com ações do Programa de Melhoria Habitacional para o Controle da Doença de Chagas, lideranças comunitárias, servidores públicos municipais e comunidade em geral, para até 200 pessoas	H	32	
6	Contratação de serviços técnicos profissionais para elaboração da matriz de risco do projeto, visando a identificação de possíveis problemas no andamento da obra de Melhorias Habitacionais para o Controle da Doença de Chagas, através da análise do projeto da obra, análise das partes interessadas, normativos dos convênios.	UN	1	
7	Contratação de serviços técnicos profissionais para realização de curso de capacitação, com duração de 24 h/a, para 40 participantes, que irão atuar como agentes multiplicadores das ações de Educação em Saúde Ambiental junto às famílias que serão beneficiadas em Melhoria Habitacional para o Controle da Doença de Chagas.	H	48	
8	Contratação de serviços para impressão de 40 apostilas para oficina de capacitação dos agentes multiplicadores das ações de Educação em Saúde Ambiental na implantação da Melhoria Habitacional para o Controle da Doença de Chaga.	UN	40	
9	Contratação de serviços de buffet para 40 participantes das oficinas de capacitação dos agentes multiplicadores das ações de Educação em Saúde Ambiental na implantação do Sistema de Abastecimento Público de Água, durante 3 dias de treinamento.	UN	120	

10	Contratação de serviços técnicos profissionais para elaboração do Trabalho Social junto às famílias contempladas com ações do Programa de Melhoria Habitacional para o Controle da Doença de Chagas. O Trabalho Social compreenderá um conjunto de estratégias, processos e ações, realizado a partir do diagnóstico. O trabalho social contemplará: dimensões: social, econômica, produtiva, ambiental e político-institucional do território e da população beneficiária, características da intervenção, visando promover o exercício da participação e a inserção social dessas famílias, em articulação com as demais políticas públicas, contribuindo para a melhoria da sua qualidade de vida e para a sustentabilidade do serviço implantado.	UN	1		
11	Contratação de serviços técnicos profissionais para realização de 8 seminário de conscientização, com carga horaria de 4 h/a, para as famílias contempladas com ações do Programa de Melhoria Habitacional para o Controle da Doença de Chagas, lideranças comunitárias, servidores públicos municipais e comunidade em geral, para até 200 pessoas.	H	32		
12	Contratação de serviços técnicos profissionais para realização de curso de capacitação em Educação Ambiental, com duração de 24 h/a, para 60 participantes, sendo 30 vagas para beneficiários das obras de Melhorias Habitacionais e 30 vagas para a comunidade em geral da localidade que receberá a intervenção	H	48		
13	Contratação de serviços para impressão de 60 apostilas para oficina de capacitação das ações de Educação em Saúde Ambiental na implantação das Melhorias Habitacionais	UN	60		
14	Contratação de serviços de buffet para 60 participantes das oficinas de capacitação dos agentes multiplicadores das ações de Educação em Saúde Ambiental na implantação Melhorias Habitacionais, durante 2 dias de treinamento.	UN	120		
VALOR TOTAL DOS CUSTOS DECOMPOSTOS					

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES
Fl. 73
PM CARIRE

VALOR TOTAL DA PROPOSTA: R\$ (POR EXTENSO)

PROPONENTE:

ENDEREÇO:

CNPJ/CPF:

VALIDADE DA PROPOSTA: 60 (SESSENTA) DIAS

Local, ____ de ____ de 2021.

(assinatura)

Representante Legal
CPF